

Visibilidade para temas de interesse público através da internet: surgimento do #yosoy132

Bruno Kegler (Brasil)¹; Leandro Stevens (Brasil).²

Resumo.

Este artigo propõe a discussão sobre os temas opinião pública, mídia, política, internet e democracia a partir da observação do movimento #yosoy132. Criado no México, durante a disputa das eleições presidenciais, no ano de 2012, o movimento se constitui da união de estudantes universitários em oposição à atuação da mídia, na cobertura da campanha eleitoral para a presidência. Através da internet, rompem o silêncio e buscam visibilidade para os conteúdos que passam a publicar. São textos, imagens e vídeos com os quais almejam desencadear debates e opiniões sobre questões que, talvez, fossem obscurecidas ou ignoradas pela mídia. Para realizar a discussão teórica escolheu-se, entre os principais autores, Esteves (2011), Gomes (2005a, 2005b, 2008, 2011) e Dahlgren (2011).

Palavras-chave.

Opinião Pública; Internet; Visibilidade; Política.

Abstract.

This article proposes the discussion about public opinion, media, politics, internet and democracy from the observation of the movement #yosoy132. Created in Mexico, during the dispute of the presidential elections in 2012, the movement is the union of university students as opposed to the media's performance in covering the electoral campaign for the presidency. Over the internet, they break the silence and look for visibility for the content they start posting. There are texts, images and videos aimed to trigger debates and opinions about issues that, perhaps, could be obscured or ignored by the media. To carry out the theoretical discussion it was chosen, among the principal authors, Esteves (2011), Gomes (2005a, 2005b, 2008, 2011) and Dahlgren (2011).

Keywords.

Public Opinion; Internet; Visibility; Politics.

Apresentação.

Nas sociedades democráticas contemporâneas, o processo eleitoral é o ápice da participação civil na política, pois as demais decisões ficam restritas ao âmbito privado do sistema político, sob responsabilidade dos representantes legítimos dos interesses da coletividade. É o momento de discussão de propostas de governo, das disputas de partidos e de candidatos, do encontro entre promessas e expectativas. Neste cenário, a visibilidade é um pressuposto para alcançar o objetivo de credibilidade junto aos cidadãos, para que esta se converta no voto, e ela está intimamente relacionada e condicionada pelo acesso aos meios de comunicação (Weber, 2007).

Em 2012 nas eleições presidenciais mexicanas estudantes universitários se articularam em protesto contra a atuação parcial da mídia³ e, conseqüentemente, ao favorecimento à imagem do candidato do Partido Revolucionário Independente (PRI), Enrique Peña Nieto. Assim, em 11 de maio de 2012, dentro de uma das mais renomadas instituições de ensino privado do México, a Universidade Iberoamericana, surge o movimento #yosoy132⁴. Utilizando-se das redes sociais Youtube e Facebook, passaram a produzir e divulgar seus ideais enquanto movimento; denunciar supostas irregularidades praticadas pelo PRI, como a compra de votos; bem como confrontar informações noticiadas na principal rede de informação do país.

Ao romperem o silêncio, através da internet, e se organizarem em busca de visibilidade, estes estudantes iluminam aspectos essenciais na reflexão que envolve democracia, política e comunicação. Mais especificamente, sobre a centralidade da mídia no cenário democrático contemporâneo, na formação da opinião pública e, concomitantemente, como este lugar privilegiado é posto em discussão por jovens estudantes, que, mobilizados, utilizam-se das potencialidades comunicativas da internet para obter visibilidade e suscitar o debate sobre questões obscurecidas pela mídia. Entende-se, assim, que o #yosoy132 traz à

tona questões relevantes, sobretudo sob o aspecto do imbricamento entre política, democracia e tecnologias de comunicação e de informação.

Diante dessas considerações e, tangenciando a discussão sobre as razões¹ que movem os estudantes do #yosoy132, busca-se a reflexão teórica que se inscreve em torno dos temas opinião pública, mídia, política, internet e democracia. O estudo divide-se em três seções principais: na primeira, interessa-nos a agregação, que se inicia dentro de uma universidade privada, depois, invade as ruas, transpõe as fronteiras da cidade, do estado e do país. Busca-se no conceito de públicos (Esteves, 2011) subsídios para a discussão sobre a comunicação pública, a reconfiguração do espaço público contemporâneo e a construção da opinião pública. Na segunda seção, aborda-se a relação #yosoy132, internet e política, na discussão sobre a atividade cívica através da internet. A reflexão baseia-se em Gomes (2005a, 2005b, 2008, 2011), Silva (2009a, 2009b, 2011) e Dahlgren (2011). A metodologia utilizada consta de revisão bibliográfica com análise crítica e interpretativa.

Espaço público, Comunicação Pública e Opinião Pública.

Nós também fomos surpreendidos com o que aconteceu aqui em 11 de maio, ninguém esperava”, diz Rosana Holschneider, que estuda Comunicação na Ibero. Na verdade, pensei que seríamos os de sempre, um grupinho de poucas pessoas, os mais sensíveis a certas questões, mas não. Foi incrível, ver centenas de companheiros se conscientizando. Àqueles que antes eu parecia um pouco estranha, porque estava sempre envolvida nos movimentos sociais, e do seu ponto de vista de jovens privilegiados não entendiam ou não compartilhavam a minha posição, depois de 11 de maio começaram a se aproximar. Foram tocados pela dúvida, que é um elemento essencial à capacidade crítica.⁵

João Pissarra Esteves (2011) realiza um recorte epistemológico da sociologia da comunicação para a reflexão sobre “o lugar central que as nossas sociedades reservam à chamada comunicação pública: a comunicação constituída a nível de espaço público e veiculada pela (ou para a) opinião pública” (Esteves, 2011:146). Diante desta delimitação, a sua proposta contempla o entendimento da sociologia da comunicação em uma perspectiva mais compreensiva da realidade social, e menos especializada.

Partindo da relação triangular e estreita entre os termos comunicação pública, espaço público e opinião pública, conceitos centrais nas sociedades modernas, mas que se encontram enfraquecidos se observadas as práticas na política democrática contemporânea, estabelece dois objetivos principais: contribuir para um conhecimento mais sistemático das dimensões sociais do público, na constituição e desenvolvimento da modernidade, com atenção mais especial ao presente, e na tentativa de equacionar os desafios que se sobrepõem na contemporaneidade. O segundo é a abordagem do fenômeno da comunicação numa dimensão ampla, a comunicação pública, para a compreensão da comunicação na formação das sociedades e na estruturação da vida social de um modo geral.

Assim, para a compreensão do espaço público e opinião pública modernos, parte da forma de sociabilidade que lhes é inerente: os públicos. Caracterizados como forma de sociabilidade típica do mundo moderno, por contraste com as formas de sociabilidade e os padrões de relacionamento social, de um modo geral, tradicionais, que tem a multidão como exemplo paradigmático.

A noção de públicos tem dois aspectos caracterizadores centrais: a dispersão física e o seu caráter simbólico. Quanto ao primeiro, pressupõe a o estabelecimento de relações de interdependência entre os elementos constituintes sem a necessidade de compartilhamento do mesmo espaço físico. O elemento simbólico é o caráter mobilizador dos indivíduos do público, ou seja, aquilo que faz sentido à subjetividade de cada um e mobiliza à discussão,

à troca de opiniões sobre um tema. Portanto, a coesão não se refere à proximidade física, mas à vinculação simbólica estabelecida em torno de um tema ou assunto.

A emergência dos públicos, nas sociedades modernas, está intimamente relacionada à complexa estrutura de redes e fluxos de informação e comunicação, que possibilitaram através da oferta regular de informações afinidade simbólica entre sujeitos espacialmente dispersos. Os meios de comunicação não estão na origem dos públicos, dado que as primeiras redes de sociabilidade se constituíram pelo contato pessoal direto, mas a partir da sua emergência e disseminação, há a assunção da centralidade daqueles na configuração dos públicos até os dias de hoje.

A saliência desses aspectos é pertinente à reflexão sobre a democracia e o espaço público contemporâneos, dada a centralidade da mídia quanto à visibilidade e à sociabilidade, de modo geral e, de modo particular, quanto às interações mediadas por computador e a mediação tecnológica na constituição de laços simbólicos, nas práticas de comunicação pública e fortalecimento do espaço público. Além disso, a dinamicidade constitutiva e de dissolução dos públicos, bem como de pertença a múltiplas agregações originárias de temáticas diversas, são características também pertinentes, pois há o reconhecimento da renovação de interesses e desejos, que move o indivíduo à constante busca por novas experiências simbólicas compartilhadas.

Para Esteves (2011), a ação social dos públicos é impulsionadora da modernidade ao tocar sensivelmente as estruturas sociais, impulsionar novas subdivisões simbólicas e reconfigurar as tradicionais (religiosa, econômica, política, etc.), que resultam de um processo de comunicação constante. A comunicação é a própria razão de ser dos públicos, pois estabelece o elo entre os elementos destes, a partir de um tema ou assunto partilhado, ainda que saliente que ela não está isenta de tensionamentos e discordâncias, que não são desintegradores, mas, pelo contrário, parte da dinâmica do processo de constituição e fortalecimento do público.

Trazendo a discussão ao nosso objeto de estudo, a partir de Primo (2007b) entendemos que as interações mediadas por computador não são isentas de tensões e que nem tudo é cooperação neste ambiente. Ressalta que “o conflito é próprio do humano e que comunicação não é sinônimo de transmissão inquestionável nem de intercâmbio consensual” (Primo, 2007b:3). Complementa que o conflito não sugere guerra ou a necessidade de eliminar o oponente. No mesmo sentido, cooperação não é sinônima de concordância, pois o conhecimento também avança da discórdia. Ou seja, se as relações humanas não são estáveis, não haveriam de ser somente pela mediação do computador.

Segundo Esteves (2011), a comunicação é viabilizada a partir de dois elementos principais: a visibilidade do tema ou assunto, pois só a partir do reconhecimento de um tema é possível realizar a aproximação; e a produção de opiniões no interior dos públicos até a circulação mais ou menos generalizada da opinião produzida, resultante de um processo coletivo de produção. A opinião pública é, assim, essencialmente a opinião do público, produzida por um determinado número de pessoas e motivadora da ação coletiva. Neste sentido, os públicos preservam a individualidade dos seus componentes, que são agentes do discurso, ação em que há a expressão da subjetividade e personalidade dos sujeitos. Sujeitos privados atuam no público, pelo interesse do público, esta é uma característica dos públicos modernos.

Os públicos, então, são constituintes do espaço público, pois são a forma de sociabilidade que está na sua origem. É um espaço que não é propriamente físico ou territorial, mas simbólico, que surge da expansão dos públicos das sociedades modernas. Esteves (2011) afirma que é uma hipótese plausível, afirmar que o espaço público moderno nasce de um impulso de sujeitos privados, que têm a oportunidade de publicizar a sua subjetividade e, concomitantemente, desenvolver a sua interioridade, e que atinge a sua maturidade a partir da assunção e reconhecimento da sua função política.

A partir das exigências e estruturas no qual se constitui o público, espaço e da opinião pública, sintetiza-se a especificidade política fundamental das sociedades modernas, ligada à idéia de democracia, sobretudo a democracia concebida em termos deliberativos, que se fundamenta no princípio ético-moral da produção de razões que justificam cada decisão.

Esta orientação encontra resistências na dimensão fática ou empírica do presente e sua consecução é esporádica nos dias de hoje, mas permite a reflexão crítica sobre os princípios que norteiam a constituição do espaço público e da opinião pública. Considerar o declínio do espaço público, enquanto espaço de defesa da sociedade civil, ao mesmo tempo em que é transformado em mecanismo de legitimação do poder cada vez mais dominado pelos meios de comunicação e pelo sistema político, é o elemento motivador deste estudo, haja vista a relação entre meios de comunicação e política, denunciada no caso analisado, apresenta-se como objeto de reflexão sobre a reconfiguração do espaço público contemporâneo a partir da observação da mobilização de indivíduos que se unem em prol da discussão sobre a política.

Por fim, destacamos da obra de Esteves (2011) três práticas comunicacionais que servem como *medium* de que o espaço público e a opinião pública são os âmbitos por excelência. A publicidade, que consiste em dar a conhecer, dar visibilidade à política para os participantes do espaço público. A crítica, no espaço público político, é garantia ética de justiça no que diz respeito aos consensos alcançados em nível de comunicação pública. Já o debate, é a troca pública de razões para a constituição da opinião pública. Depende de publicidade e crítica para a efetividade da sua dinâmica. Nos dias de hoje, a efetividade está vinculada à visibilidade e esta aos meios de comunicação.

Nas palavras expressas abaixo, são endossadas as preocupações de igualdade de direito e oportunidades de expressão, e a sensibilidade com as causas daqueles que não têm as mesmas condições sócio-econômicas que os universitários da Ibero.

Nós temos uma responsabilidade neste momento. [...] Temos que dar voz aos que não são ouvidos. [...] O que houve aqui não é ocasional, a diferença da Ibero é que seu trabalho é humanista. O que está acontecendo é uma dor que afeta a todos, não podemos ser indiferentes ao que se passa ao nosso redor, e isso os filhos dos ricos também entendem.⁶

No movimento #yosoy132, o adensamento e a ampliação do número de indivíduos fazem emergir uma voz da sociedade civil, que adquire notoriedade através das redes sociais e desencadeia discussões em blogs e redes sociais. Esta voz não representa a totalidade da população daquele país, mas emerge de um grupo da sociedade que encontra adeptos em diversas cidades mexicanas, e o objetivo está em desencadear o debate através da pluralidade de vozes da comunicação pública e chegar à esfera de visibilidade pública (Gomes, 2008), acabando com o duopólio televisivo, como retrata a citação abaixo.

[...] Como movimiento demandamos que todos los candidatos a La presidencia se comprometan a terminar con el duopólio televisivo que impide un acceso a La informacion efectiva. Exigimos un proceso electoral justo y transparente, para ello solicitamos el apoyo a La prensa y a los diferentes organismos internacionales⁷.

Com a popularização da internet, em meados da década de 1990, a mídia passa a sofrer a concorrência de blogs, sites e redes sociais, que além de constituírem espaços de publicização, permitem o debate, o compartilhamento de imagens e vídeos. Apropriando-se dessas potencialidades, integrantes do #yosoy132 produzem e disseminam conteúdos que explicam os ideais do movimento, contestam relatos noticiosos dos meios de comunicação, denunciam irregularidades na disputa eleitoral, marcam protestos em locais públicos e, posteriormente, divulgam os registros destes. Enfim, almejam visibilidade para sensibilizar outros mexicanos, para existir no espaço onde a opinião pública se constitui, e constituí-la, através do desejo comum identificado. Sobre a relação entre internet e democracia, abordaremos a seguir.

Democracia e internet: limitações e oportunidades.

[...] Unimos nuestras voces para demandar nuestro derecho a una información imparcial, plural y transparente. Exigimos competencia real en el sector de los medios de comunicación, exigimos el debate en cadena nacional, a través de las torres de las redes de mayor alcance y mayor audiencia [...].⁸

Com a ampliação do acesso à internet, emergem discussões encantadas sobre as potencialidades democráticas que dela advinham. Elas são motivadas pelo que Gomes (2005a) denomina de crise do sistema democrático representativo ou liberal, caracterizada pela falta de participação política da esfera civil. Este cenário se caracteriza pelo afastamento da esfera civil das instâncias políticas decisórias. Entre as causas mais presentes na bibliografia sobre o tema, estão: a falta de oportunidades para participar e de formação política, o descrédito dos políticos, a cultura política dos cidadãos e a atuação da mídia na configuração dos déficits relatados.

Neste tema, Gomes (2005a) divide os estudos em duas perspectivas de abordagem. Na primeira, prevalece a frustração por que os meios de comunicação foram desviados dos fins democráticos. Na segunda, as indústrias midiáticas são culpadas pelos danos causados à democracia. Tais argumentos decorrem da consolidação da mídia como campo autônomo, a partir da década de 1960, sobretudo pela subordinação à lógica concorrencial do mercado de informação; e pela unilateralidade de seus fluxos de informação.

Gomes (2005a) afirma que é exagerada a responsabilização dos meios de comunicação de massa, bem como discorda da contraposição entre estes e a internet, como se somente esta fosse democrática. Pelo contrário, explica que ambos têm potencialidades técnicas para serem utilizadas em prol da democracia. Em consonância, Silva (2009a, 2009b) considera demasiada a expectativa de resolução dos déficits democráticos atribuída à comunicação, referenciando outros, também essenciais para resolver o problema em tela, como cultura cívica e formação política. Maia (2008), ao salientar as inovações da internet para a

política, situa que o uso destas depende das motivações dos cidadãos, pois alfabetização digital e debate público não são faces da mesma moeda.

Dahlgren (2011) se inscreve neste debate e reconhece que há atividade política na internet, mas que é menos freqüente do que para outras finalidades, como entretenimento e consumo. Para ele, este dado retrata a correspondência entre a atividade política em ambientes *online* e *offline* e, complementa, enquanto o acesso não for universal, estaremos diante de um quadro deficitário, devido à centralidade que a internet passa a ocupar na vida social contemporânea. A afirmação do autor também desloca a atenção para a responsabilidade dos governos em assegurar o acesso ao meio e a inclusão digital. Além da necessidade de acesso, também destaca que os fins para os quais a internet será utilizada, dependem das motivações de cada indivíduo. Neste ponto, Primo (2007a) contribui ao descrever que a interconexão entre sites, blogs e redes sociais, promove uma dinâmica de processos cooperativos e de atualização constante pelos usuários, mas que ela pode servir a fins diversos, inclusive para disseminar preconceitos e discriminação.

Gomes (2005a) contribui quando afirma que a internet não poderia cumprir o que nem mesmo prometeu, também situando a responsabilidade nos sujeitos. Dahlgren (2011) ressalta a importância da análise que conjuga fatores sócio-econômicos, culturais, educacionais, enfim, contextuais, para a compreensão sobre o impacto da internet na vida política, pois “a participação democrática nunca opera num vazio” (Dahlgren, 2011:12). Em relação ao fenômeno do #yosoy132, a afirmação é explicativa, pois a mobilização dos integrantes do movimento é motivada por fatores que se inscrevem no contexto político e eleitoral do país e, neste sentido, os objetivos não se dirigem à resolução de problemas exclusivos do ambiente digital, mas de decisões que dizem respeito à totalidade dos cidadãos.

Ao acirrar o debate eleitoral e conseguir visibilidade para além de seu site e de seus perfis no Facebook e no Youtube, o #yosoy132 permite refletir sobre as transformações da esfera

pública a partir da emergência da internet. Para Gomes (2011), a existência de uma esfera de debate público é um pressuposto da democracia, sob o ponto de vista da decisão política, pois ela possibilita o embate argumentativo para a resolução dos assuntos de interesse público, e que mais efetiva seria, com a aliança entre a esfera decisória do sistema político e a esfera pública⁹. Assim, far-se-ia a vontade do povo. Segundo Dahlgren (2011), a esfera pública tem a função primordial de facilitar a comunicação com os cidadãos, para que haja mais porosidade e sensibilidade do sistema político, para a tomada de decisão. Porém, ressalta que, desde o início do século XIX, a mídia é predominante na constituição da esfera pública, mas que com a disseminação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), esta centralidade passa a ser tensionada.

Com a internet, é inegável que há mais vozes ativas, devido à descentralização do pólo emissor e distribuidor de informações. Exemplo disto é o #yosoy132, que obtém visibilidade e audiência por meio dela. Todavia, pondera-se que não se sabe qual é o seu real impacto, pois o candidato priista chegou ao poder.

Conforme Dahlgren (2011), mesmo nas sociedades democráticas, há mecanismos, implícitos e explícitos, de exclusão, especialmente quanto às hierarquias sócio-econômicas e à participação dos jovens, o que tende a desenvolver comportamentos apáticos e céticos perante a política. Tais aspectos estão na ordem das *estruturas de oportunidade para participação* e, mesmo que haja exclusão digital, mas em menor número do que se supunha na década de 1990, a internet tem possibilidades variadas para a atividade cívica, porém subutilizadas. Entretanto, a ampliação do número de participantes na esfera pública não assegura maior sensibilidade do governo à opinião pública, o que pode gerar mais frustração e desencanto cívico, se não houver a manifestação clara de efetividade da atividade cívica. Em consonância, Gomes afirma que “a participação não é um valor democrático por ser um valor em si mesmo, mas apenas na medida em que pode produzir algum benefício para a comunidade política” (2011:24). Por isto, ao falar em participação, pressupõe-se que ela tenha relevância política, tanto em relação à causa, quanto ao efeito.

Os recursos culturais para a ação dos cidadãos (Dahlgren, 2011) dizem respeito às condições necessárias e específicas para a participação política, presentes e sistematizadas no que o autor denomina de *cultura cívica*, em linhas gerais, “incluem os recursos culturais que servem de suporte para a participação dos cidadãos” (2011:19). Para o autor, são necessárias culturas cívicas consistentes para a participação e atividade efetiva das esferas públicas, em suma, para a vida democrática. Nesta perspectiva, interessam os “processos através dos quais os indivíduos se transformam em cidadãos, a forma como se vêem a si mesmos como membros e potenciais participantes no desenvolvimento da sociedade, e o modo como se sustentam estes sentimentos de fortalecimento do Eu” (Dahlgren, 2001: 20). Conjugam, numa perspectiva sistêmica, seis dimensões integradas e recíprocas: conhecimento, valores, confiança, espaços, práticas e competências e identidades.

Elas são moldadas por fatores ligados à vida social dos cidadãos, e influenciam a sua compreensão da realidade. Entre eles estão a família e a escola, fundamentalmente, mas ao ampliar a lente para um nível macro, também se inserem as hierarquias sociais, direitos e deveres, a economia, etc, as quais podem ter impacto, em maior ou menor grau. Nesse ponto, a reflexão sobre a atividade política não pode tangenciar os media, nem mais desconsiderar as TIC's, devido à centralidade de ambas na contemporaneidade, seja enquanto esfera de visibilidade ou enquanto esfera de sociabilidades.

Em relação à dimensão do conhecimento, superando a discussão sobre a necessidade de cognição para o engajamento político, que é consensual, o ponto relevante para a compreensão sobre o #yosoy132 é a mudança nos processos cognitivos das novas gerações, impulsionada pela linguagem digital. Talvez, a rápida disseminação dos conteúdos publicados pelos estudantes esteja associada à necessidade desta geração de elementos visuais, dinâmicos, interativos e multimídia, para que o interesse seja desperto, as informações mais bem assimiladas e os conhecimentos avancem através de processos

cooperativos. Isto levaria a uma reflexão sobre a educação cívica tradicional, esta que segue a lógica linear do texto.

Em relação as concepção de culturas cívicas de Dahlgren (2011), notam-se intersecções possíveis, porque o autor considera a singularidade dos sujeitos e a diversidade de culturas cívicas, as quais podem ser distintas em muitos aspectos, mas têm, como pano de fundo, motivações pró-democracia. No ambiente digital da internet, há espaço para que as múltiplas culturas cívicas se expressem. Além disto, que elas superem os limites geográficos do local de origem, ampliando-se exponencialmente a possibilidade de manifestação de confiança cívica. No #yosoy132, isto parece mais claro, pois após ter iniciado com um grupo restrito de estudantes, o movimento se adensa e amplia numericamente, sinalizando algum grau de confiança cívica e potencializando a formação do *capital democrático*.

Quanto aos espaços de atividade cívica, a mobilidade dos dispositivos de acesso à internet é um aspecto relevante de análise do #yosoy132. Em tempo integral, as pessoas podem se mobilizar e disponibilizar informações atualizadas. Os relatos em tempo real também se tornam possíveis, aumentando a vigilância e o controle sobre as formas de violência e opressão dos protestos, bem como para contrapor versões distorcidas sobre os acontecimentos, veiculadas na mídia. Para tanto, basta competência e meios para tornar os conteúdos disponíveis.

Por fim, também é ilustrativa a reflexão de Dahlgren (2011), sobre o envolvimento dos indivíduos na ação política, que está no horizonte das *disposições subjetivas das ações cívicas*, contemplando a dimensão afetiva, sobretudo os jovens, pois a ação política está relacionada com anseios, desejos, expectativas, do mesmo modo que ocorre com o consumo e o entretenimento.

Considerações finais.

Os problemas relativos à falta de envolvimento e participação política não resultam, exclusivamente, da falta de meios de comunicação e de informação ou da atuação da mídia, apesar da centralidade desta na formação da opinião pública. A observação do movimento #yosoy132 parte do desejo de visualizar, ou mesmo, de acreditar, que, com a internet, os cidadãos têm renovadas possibilidades para se organizar em torno do interesse público, efetivar a comunicação pública e a função democrática do espaço público.

Mesmo entre indivíduos desconhecidos, é possível a mobilização simbólica por meio de um objetivo comum, mantendo-se a individualidade dos sujeitos. É dela que a opinião pública emerge, enquanto resultado consensual da troca de opiniões. Deste processo, o acréscimo cognitivo tende a enriquecer e a qualificar a opinião pública, considerando-se a paridade e a disponibilidade ao contraditório. Se a dimensão normativa dos públicos, aqui assumida, afasta-se das práticas políticas contemporâneas, é pela reflexão crítica destas que nos inscrevemos.

As interações do #yosoy132 não são apenas presenciais, nas salas de aula, nas ruas e nas praças, pois, no interior de suas casas ou através dos dispositivos móveis de acesso à internet, os integrantes do #yosoy132 permanecem ativos, conectados, reunidos, por meio de laços simbólicos. A luta declarada pelos estudantes é contra a mídia, mas é também em favor da democracia. Ao suscitar o debate sobre temas obscurecidos pela imprensa, fomentam a dúvida, que pode desencadear a discussão. Esta é uma contribuição democrática, na medida em que contribui para a pluralização temática e de vozes ativas no espaço público, que é onde se constitui a opinião pública, através da comunicação pública, a qual tem função primordial de mobilização para a democracia.

Acrescenta-se que, além do suporte e de oportunidades, também é necessária a motivação para o envolvimento em ações cívicas. Desejos e expectativas relacionados com a política,

que convivem com o desejo de consumo e de entretenimento, e com outros tantos, movem o indivíduo ao engajamento e precisam ser correspondidos, caso contrário, a descrença e a desmobilização tendem a inibir novas participações.

Após a realização desta discussão inicial sobre o tema, surgem outras inquietações que se apresentam como novas perspectivas de estudo, como a investigação sobre a continuidade do #yosoy132 e modo de atuação; quanto ao ingresso ou não na esfera de visibilidade midiática durante o período eleitoral, e de que modo, sob qual perspectiva. Ainda, qual a repercussão e caminhos tomados pelo movimento após o período eleitoral.

Referências bibliográficas.

DAHLGREN, Peter (2011). As culturas cívicas e a internet: para uma contextualização da participação política. In: *Revista Media e Jornalismo*. 18 ed. Vol:10 N°1 – primavera\verão, pp.11-30. Disponível em: <http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/18artigo-1.pdf>

ESTEVEES, João (2011). *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOMES, Wilson (2011). Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Jamil Almeida. *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina.

GOMES, Wilson (2008). Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W; MAIA, R.C.M. *Comunicação e democracia: Problemas & Perspectiva*. São Paulo: Paulus. (p.117-162)

GOMES, Wilson (2005a). Internet e participação política em sociedades democráticas. In: *Anais Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura*. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepic>>. Acessado em: 08/05/2011.

GOMES, Wilson (2005b). A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*. Vol. VII N° 3 - setembro/dezembro.

GOMES, Wilson (2004). *Transformações da política na Era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

MAIA, Rousiley (2008). Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, W; MAIA, R.C.M. *Comunicação e democracia: Problemas & Perspectiva*. São Paulo: Paulus. (p.277-294)

PRIMO, Alex (2007a). O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: *E-Compós* (Brasília), v. 9, p. 1-21.

PRIMO, Alex (2007b). Conflito e cooperação em interações mediadas por computador. In: Primo, A. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina. pp. 197-224.

SILVA, Sivaldo (2011). Exigências democráticas analíticas para a interface digital do Estado. In: ROUSILEY, C. M. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J.A. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina. (p. 123-146).

SILVA, Sivaldo. (2009a). Democracia online: pressupostos teóricos e inovações estruturais na comunicação do Estado contemporâneo. In: *Anais do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Sivaldo. (2009b). *Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado*. 425f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação.

SILVA, Sivaldo (2005a). Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. In: *Revista Opinião Pública*, Campinas, Vol.XI, nº2, p.450-468.

SILVA, Sivaldo (2005b). *Política e ciberespaço: graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras*. 197f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação.

WEBER, Maria Helena (2007). Na comunicação pública, a captura do voto. *Logos-Comunicação e Universidade*, UERJ, a.14, n.27, 2.sem.

¹ Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Doutorando em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Comunicação (UFSM). Email: brunokegler@gmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Comunicação (UFRGS). Mestre em Comunicação (UFSM).

³ Os protestos dos estudantes tinham como alvo a rede Televisa.

⁴ “Em reportagem para o [Opera Mundi](#), Federico Mastrogiovanni destaca que na ocasião os estudantes expulsaram Peña, em represália a acontecimentos passados, como o massacre de [Atenco](#), que deixou 2 mortos, 207 presos e 47 mulheres violentadas segunda a Comissão Nacional de Direitos Humanos do México. Peña e o PRI afirmaram em rede nacional que sua expulsão da Ibero foi uma manobra da oposição, e que os estudantes não eram legítimos ou teriam sido pagos. Em resposta, 131 estudantes fizeram um vídeo com suas carteiras da universidade para contestar as alegações. Não demorou muito para o movimento #yosoy132 (eu sou o 132) se espalhar pelas universidades do país”. Disponível em <http://derepente.com.br/2012/06/02/yosoy132-sera-a-primavera-mexicana/>. Acesso em 25.08.2012, às 15h13

⁵ Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/9990>. Acesso em 25.08.2012, às 14h23.

⁶ Palavras do estudante Victor Máximo. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/9990>. Acesso em 25.08.2012, às 14h23.

⁷ Entre as principais bandeiras acenadas pelo movimento #yosoy132, está a atuação parcial das principais redes de imprensa do país, na disputa eleitoral, sob a acusação de favorecer a imagem de um candidato. Trecho do vídeo do #yosoy132. Disponível: www.youtube.com/watch?v=quZ6uIV8adE. Acesso: 17.08.2012.

⁸ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=t6LgxA-7FiM>. Acesso em 13.07.2012, às 10h46.

⁹ A esfera pública se situa à margem do sistema político e tem a função de questionar ou legitimar as decisões políticas, vigiando e debatendo os temas de relevância coletiva (GOMES, 2011).